

Senhores e Escravos no Vale do Paraíba nas Últimas Décadas da Escravidão

*Fernando Pozzobon**

Introdução

O estudo das fazendas históricas do Vale do Paraíba Fluminense nos leva a uma curiosidade especial: quais eram os personagens que viviam nessas construções, remanescentes da época áurea da produção cafeeira na região, que tanto nos impressionam e cativam pela imponência das suas arquiteturas que sobrevivem ao tempo?

Como se relacionavam aqueles que habitavam e trabalhavam naqueles belos locais? Havia em cada fazenda uma complexa teia de relações entre subordinados e mandantes, que os mantinha todos fisicamente próximos, apesar do abismo social que os separavam.



Secagem do café. Marc Ferrez. 1885. Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

*Arquiteto, mestre em urbanismo e especialista em conservação e manejo de monumentos, sítios históricos, arqueológicos e naturais. Capacitador de mão de obra nas técnicas em terra crua e materiais sustentáveis.

Cada imóvel que restou das unidades produtivas das antigas fazendas de café, consideradas por nós, hoje, como “patrimônios culturais” que merecem ser preservados como testemunhos de uma época, tem uma história de vivências e conflitos que precisa ser conhecida.



Fazenda Boa Esperança, Resende, RJ. Arquivo Central do IPHAN.

Apesar das peculiaridades que permeavam a vida em cada núcleo de produção, todos eles estavam sujeitos a influências do “mundo exterior”, longe do alcance e da vontade de cada senhor ou cada escravo que lá trabalhava. Importa saber, antes de focar a vida nas fazendas, qual era o contexto histórico em que eles viviam, o século XIX no Brasil.

Portanto, antes de entrarmos no assunto da vida no cafezal, dos habitantes das casas e dos escravos, que com seu trabalho geraram as riquezas que possibilitaram a construção de tão suntuosas edificações – e que nos levam hoje a realizar o inventário do que restou das exuberantes fazendas e moradas dos “Barões do Café” –, é indispensável analisar o contexto geral do período em questão.

Para tanto, balizaremos a reflexão sobre essa época a partir dos trabalhos de alguns historiadores que se debruçaram sobre o tema.

A escravidão no século XIX

Rafael Marquese, autor de recente obra sobre a escravidão, reflete sobre a expansão do sistema escravista no Brasil após 1815. Para ele, esta foi resultado tanto de transformações econômicas – as mudanças no mercado mundial dos produtos coloniais, a crescente demanda por café nos países industrializados, a queda da produção de açúcar em países como Cuba – como de transformações políticas – a independência do Brasil e, com ela, a reafirmação da escravidão, que viabilizou a continuidade da produção agro-exportadora através do controle do Estado por uma nova classe senhorial.

Desta forma, os senhores de escravos da América portuguesa voltaram a expandir a produção agrícola de exportação depois de um período de estagnação secular (MARQUESE, 2004). O mesmo autor discute a posição que o sistema escravista passou a desempenhar após a Independência:

“... a constituição [brasileira] outorgada em 1824 sancionou, sem questionamentos, a escravidão negra. Na verdade, a Constituição não continha uma só palavra sobre o cativo, e foi justamente esse silêncio que conferiu legitimidade à instituição. Tanto é assim que o corpo legal composto para o Estado nacional nas décadas seguintes à independência, nomeadamente o Código Criminal de 1830, regulou, nas letras da lei, o funcionamento da escravidão brasileira”. (MARQUESE, 2004, p. 262).



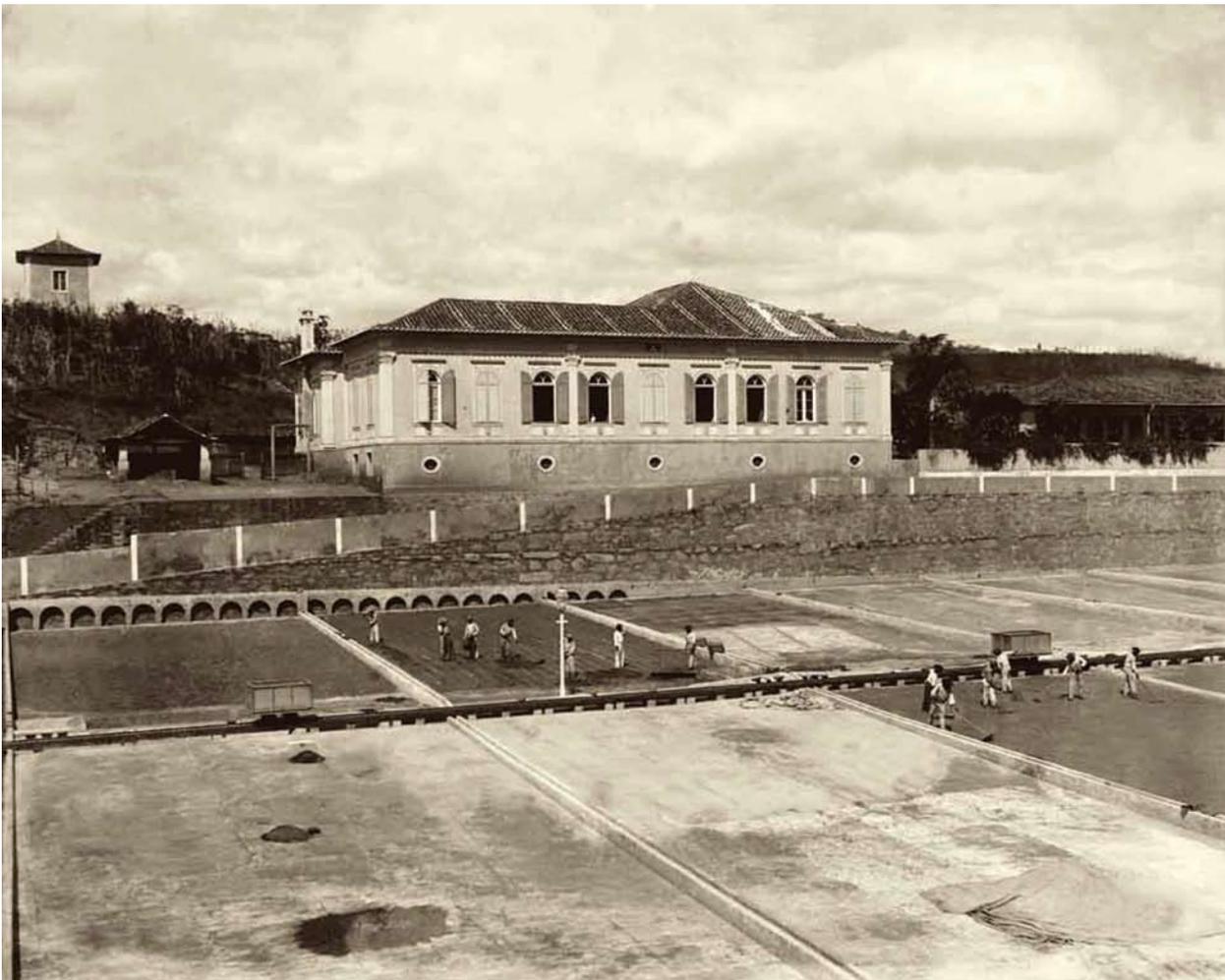
Colheita¹
Marc Ferrez.
1885.
Col. Gilberto
Ferrez. IMS.

¹ ERMAKOF, G. *O Negro na Fotografia Brasileira do Século XIX*. Casa Editorial, RJ, 2004.

O tráfico de escravos era, ao mesmo tempo, o motor da expansão do café e um dos principais problemas do Império. Pois havia fortes pressões externas, notadamente da Inglaterra, e internas, como a dos grupos abolicionistas, pelo fim do comércio transatlântico de pessoas. O grande número de negros escravizados, chegados aos portos brasileiros no período, acabou por acirrar as tensões nas áreas que mais recebiam cativos, em especial a Bahia e a região cafeeira. Desde a revolta dos escravos de São Domingos, que resultou na fundação do Haiti em 1804, o temor de grandes rebeliões era constante.

Assim, a expansão da cafeicultura no centro-sul do país, a partir de 1820, foi possível graças a esta conjuntura, que somava o aproveitamento pelo Brasil das melhores condições do mercado mundial da semente e a situação interna, que permitiu a continuidade da escravidão e do sistema de produção agrícola baseado no latifúndio e na monocultura.

Por conta disso, na terceira década do século XIX, criaram-se no Vale do Paraíba fluminense grandes propriedades cafeeiras em um curto espaço de tempo. Com elas, o Brasil se tornou o maior produtor de café do mundo. O aumento da produção brasileira foi de 7 mil toneladas, em 1820, para 45 mil toneladas, em 1835 (MARQUESE, 2004).



Fazenda Cachoeira Grande. Rio das Flores, RJ. Marc Ferrez.
Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

O objeto de interesse deste texto, entretanto, não são as condições políticas e econômicas que viabilizaram a expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba. Estará em tela aqui a vida no cafezal, e toda uma sociabilidade que foi criada pela tensa relação entre subordinados e mandantes no sistema escravista brasileiro.

O cultivo do café, que foi introduzido em larga escala na região, favorecido pela conjuntura política e econômica do momento, criou uma sociedade própria no coração do Império do Brasil.



Feitor observando o trabalho. Christiano Júnior.1885. Coleção Particular.

Mais especificamente, abordaremos aqui alguns aspectos das mudanças na dinâmica das relações entre senhores e escravos no Vale do Paraíba, na segunda metade do século XIX, que teve como resultado transformações em diversos aspectos da vida nas fazendas – por exemplo, o aumento do número de casamentos entre os cativos e a formação de famílias nas senzalas.

Antes de aprofundar o assunto proposto, é interessante fazer uma pequena retrospectiva sobre o estudo da história da escravidão nesta importante região do Brasil.

A História sobre a Escravidão

Em meados do século XIX, a instituição escravista atingiu verdadeiro apogeu na Região Sul-Fluminense. O tráfico interno de cativos de outras regiões para o Centro-Sul do país teve um aumento considerável; primeiro porque o preço da mão-de-obra, principalmente, no Nordeste e no Sul caiu e, segundo, o tráfico internacional estava proibido e o contrabando era demasiado caro (SLENES, 1986).

Como a demanda por escravos nas áreas cafeeiras cresceu juntamente com o aumento da produção, grande parte dos cativos vendidos pelos proprietários de outras regiões acabaram vindo para o Sul-Fluminense e Oeste Paulista. Os novos trabalhadores traziam consigo toda uma bagagem cultural, uma forma de relacionamento própria, que tinham adquirido nos seus locais de origem. Havia a necessidade de adaptação a uma nova realidade, tanto dos chegados quanto dos senhores, que tinham de lidar com costumes aos quais não estavam habituados. Portanto, criava-se uma nova dinâmica, em um curto espaço de tempo, nas relações entre senhores e escravos.

A historiografia sobre o assunto, por longo tempo, utilizou uma interpretação de que a situação econômica dos senhores de escravos do Vale do Paraíba fluminense começou a piorar, em todos os sentidos, a partir de 1860, após ter atingido seu auge. Diversos fatores, principalmente o empobrecimento do solo e o encarecimento da mão-de-obra, teriam diminuído a produtividade dos cafezais, que passaram a perder o lugar de destaque que ocupavam no cenário nacional.

Este lugar teria sido ocupado, então, pelas fazendas do Oeste Paulista, que estariam organizadas de forma mais racional e de acordo com as transformações econômicas do período. A aparente solidez desta idéia fez com que os pesquisadores ignorassem, em suas análises, fontes de dados sobre o assunto, como as estatísticas e a demografia.



Partida para colheita.² Marc Ferrez. 1885. Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

² ERMAKOF, G. *O Negro na Fotografia Brasileira do Século XIX*. Casa Editorial, RJ, 2004.

Portanto, esta interpretação foi formulada sobre bases empíricas pouco confiáveis e que estavam equivocadas, na medida em que projetavam para toda a região a experiência de uma só localidade e ignoravam as diferenças regionais da província do Rio de Janeiro. Esta percepção abriu espaço para uma série de novos estudos, assentados sob outras fontes e bases de dados, como o mercado de escravos, por exemplo.

Para o objetivo da análise proposta, entretanto, temos de ir além da história econômica e demográfica. O assunto das relações entre senhores e escravos está inserido nos debates da nova historiografia, que se caracteriza pela abertura de olhares para novos temas, antes negligenciados, como a vida privada, os costumes, os saberes, o cotidiano e as mentalidades.

É importante salientar, contudo, que estes temas não devem estar separados das abordagens clássicas da História, como as formas de estruturação e organização da sociedade e do Estado, a organização da produção e da vida material etc. Eles devem servir para enriquecer o estudo, trazendo novos problemas e novas formas de enxergar o passado (NOVAIS, 1997).

As pesquisas mais recentes permitem uma maior compreensão da dinâmica social nas fazendas e possibilitam o resgate de experiências vivenciadas por homens e mulheres que permaneciam esquecidas pela historiografia “tradicional”.

Últimas décadas da escravidão no Brasil³

A partir da segunda metade do século XIX, houve uma verdadeira “deslegitimação” moral da escravidão, que restava isolada no Império do Brasil. Neste período estava claro que a instituição escravista tinha os dias contados. A proibição do tráfico internacional e outras leis posteriores, como a do Ventre Livre e dos Sexagenários, mostravam que o país caminhava para a Abolição. Não se sabia, no entanto, quando e de que forma isto se daria.

Algumas mudanças estruturais ajudaram a fortalecer o movimento abolicionista, que cresceu rapidamente no Brasil a partir da década de 1870. Como, por exemplo, a concentração dos trabalhadores escravos nas mãos dos grandes proprietários das fazendas de café do Sudeste.

Antes, a posse de cativos era disseminada por todo o território e todas as faixas sociais da população livre. Neste processo, muitos foram vendidos para locais afastados de onde antes trabalhavam, pois, neste momento de mudança, ao contrário de anteriormente, os cativos tinham pouca voz para opinar sobre sua venda. Mesmo os que permaneciam em seus locais de trabalho tinham de conviver com a possibilidade de serem transferidos para uma grande lavoura de café, ou seja, o temor do desenraizamento e da mudança nas condições de trabalho era constante.

³Os trechos a seguir tiveram origem em uma pesquisa desenvolvida na disciplina de Seminário de Pesquisa em História do Brasil, ministrada pelo professor Ricardo H. Salles, no curso de Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no ano de 2005.

O fim do tráfico internacional causou, portanto, a “crioulização” dos cativos nas plantações de café do Sudeste. Isto é, como não era mais permitida a vinda de africanos escravizados para o país, os fazendeiros passaram a adquirir a mão-de-obra de outras regiões ou das cidades. Estes trabalhadores, ao chegarem às fazendas, já possuíam um certo conhecimento do relacionamento com os patrões e com os seus companheiros, sendo mais fácil para eles, do que para os africanos, estabelecer vínculos com outros escravos e negociar vantagens com os senhores.

E, como consequência dos processos anteriores, houve um maior equilíbrio entre os sexos nas senzalas, causando uma maior possibilidade de formação de famílias e da reprodução entre os cativos.

Estas modificações na composição da comunidade de escravos alteraram em diversos aspectos a relação deles com seus senhores. O historiador Robert Slenes, em artigo sobre o assunto, mostra que os senhores de escravos, utilizando a força, por um lado, e o favor, por outro, promoviam diferenças de posição entre os cativos: privilégios e promessas de liberdade ajudavam a torná-los mais submissos e, assim, menos perigosos (SLENES, 1997). Este fator influenciava também nas relações entre os próprios cativos e na formação de suas identidades.



Partindo para colheita.⁴
Marc Ferrez. 1885.
Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

⁴ ERMAKOF, G. *O Negro na Fotografia Brasileira do Século XIX*. Casa Editorial, RJ, 2004.

Além disso, havia para um escravo a possibilidade de estabelecer relações de compadrio com homens livres e, assim, obter vantagens sociais ao formar laços de parentesco ritual. Ter um compadre podia representar, por exemplo, um acesso aos meios judiciários, ou a garantia do bem-estar da família do cativo. O compadrio também podia ocorrer entre dois escravos: ter como compadre um escravo bem visto pelo senhor era interessante para um cativo recém-chegado ou pouco conhecido.

Um mundo hostil e muito inseguro induzia os escravos a aceitar favores e regalias. Neste jogo de interesses, no recebimento de um privilégio havia também um custo: podia significar a renúncia à solidariedade com outros cativos e dúvidas dos parceiros quanto à sua lealdade. Esta tensão era, entretanto, solapada pelos sofrimentos e privações das condições de vida, que tornava os laços de solidariedade entre eles mais fortes.

Entre as diferentes origens dos trabalhadores, os africanos eram, normalmente, mais discriminados por parte dos senhores. Tratados com mais dureza, tinham mais dificuldade em obter vantagens, pois eram de comportamento desconhecido. Os preferidos eram os escravos do Sudeste, mais acostumados com o clima e com o sistema de trabalho.

Todos estes procedimentos serviam para facilitar o controle dos senhores e aumentar seu poder frente aos cativos, que se viam iludidos com a possibilidade de regalias ou mesmo da alforria.

Assim, as alforrias eram uma forma também de controle social, pois o aceno da liberdade propiciava uma acomodação do escravo ao trabalho, na esperança de liberdade num futuro próximo, como recompensa pelos bons serviços prestados, funcionando muitas vezes como fator de manutenção da ordem.



Colheita. ⁵
Marc Ferrez.
1885.
Col. Gilberto
Ferrez. IMS.

Neste momento, portanto, as relações sociais estabelecidas nas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba sofreram modificações. O controle sobre a mão-de-obra ficou mais severo. Com a extinção do tráfico de africanos e a aprovação da Lei do Ventre Livre, o número de Ações de Liberdade movidas por escravos aumentou. Com as alforrias se multiplicando, tornava-se até perigoso frustrar as expectativas de trânsito para a liberdade de alguns cativos, principalmente os mais antigos.

Com as mudanças na população, houve um aumento nas pressões dos escravos por liberdade, ao mesmo tempo em que se verificava a diminuição na disposição dos senhores de conceder alforrias, resultado do aumento do valor da mão-de-obra e da maior dificuldade em obter cativos. O “levante” era um temor real dos senhores, que tomaram medidas para evitar insurreições.

Ainda assim, revoltas ocorreram em algumas regiões, o que motivou ainda mais os senhores a reforçar o controle sobre suas fazendas, mesmo que isto significasse dar concessões aos escravos, como divertimentos e feriados, ou o direito deles cultivarem lotes de terras.

A Família Escrava

Neste cenário, a questão da família escrava ganha espaço. Pois a presença de laços familiares era também um fator de manutenção da ordem nas fazendas. A família tornava o escravo mais vulnerável ao arbítrio do senhor, pois havia a ameaça da separação dos entes por venda – somente em 1869 este procedimento foi proibido.

Ter uma família podia ser visto como uma concessão do senhor. Mas era alvo também de incentivos. Por exemplo, podia significar a vantagem de não precisar compartilhar o mesmo cômodo comum da senzala, tendo um exclusivo para ela (CASTRO, 1997). Assim, alguns cativos se diferenciavam dos outros na experiência do cativo.

A alforria era uma perspectiva real para os escravos, pois muitos conseguiam a liberdade por diversos motivos. Nestes casos, o escravo estava mais perto da libertação se tivesse uma família.

Na região de Vassouras, houve uma tendência de aumento do número de casamentos entre a população escrava a partir do ano de 1870. Em consequência, o número de filhos de escravos também aumentou consideravelmente (SLENES, 1997). Neste processo, era às vezes permitido que os casamentos ocorressem entre escravos de diferentes donos, o que complexificava a teia de relações dos cativos. A presença de padrinhos e madrinhas também contribuía neste sentido.

Assim, no período posterior à década de 1860 ocorreram várias mudanças na composição da população escrava em Vassouras e, de um modo geral, em grande parte das fazendas de café da região. Uma maior presença de “crioulos” em substituição aos africanos, equilíbrio entre os sexos, uma maior taxa de envelhecimento da população e o aumento da presença de famílias e filhos de escravos, foram partes de um processo único de modificação da dinâmica das relações entre senhores e escravos.

Conclusão: a crise da cafeicultura

A esta complexa situação em que estavam inseridos os tantos personagens que davam vida ao funcionamento das fazendas, se somaram outros fatores que levaram à crise da cafeicultura no Vale do Paraíba. As técnicas erradas de plantação dos cafezais acabaram por esgotar o solo em um tempo reduzido. A rápida ocupação da região fez com que as matas virgens se reduzissem em pouco tempo. Sem novas plantações, os fazendeiros não conseguiam saldar as dívidas adquiridas, pois os cafezais não produziam mais a semente como antes. Em pouco tempo, as terras dos fazendeiros falidos foram vendidas, hipotecadas ou mesmo abandonadas.

O fim brusco da escravidão deu-se concomitante à perda de produtividade nos cafezais. Apesar de algumas fazendas ainda produzirem a semente, muitas delas já não tinham mais a mesma importância econômica de antes. O Vale do Paraíba fluminense viveria, em seguida, um período de reestruturação, quando a pecuária foi adotada em muitas das antigas propriedades.

Os que testemunharam o período áureo do café na região, a partir da metade do século XIX e nos anos 1860 e 1870, viram aquele universo se esvaír em pouco tempo, e com ele toda uma sociabilidade criada com elementos muito peculiares.



Fazenda Boa União. Três Rios(hoje Comendador Levy Gasparian), RJ. Arquivo Central do IPHAN. Foto: HESS.

Da paisagem histórica das fazendas de café permanecem erguidos, como marcos do seu passado de breve esplendor, um conjunto significativo de unidades compostas por suas casas-sedes, senzalas, terreiros, tulhas, sistemas de captação de água, jardins, pomares, estradas de acesso etc., que hoje se constituem em documentos vivos que retratam a maneira de viver, hábitos e costumes de uma importante época do Vale do Paraíba.

Referências:

- ALMEIDA, Ana Maria Leal. *Da Casa e da Roça: a Mulher Escrava em Vassouras no Século XIX*. Vassouras, USS, 2001 (Tese de doutoramento).
- CASTRO, Hebe M. Mattos de. “*Laços de família e direitos no final d escravidão*”. In: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 2. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- NOVAIS, Fernando A. “Prefácio”. In: *História da Vida Privada no Brasil*, vol 1. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SLENES, Robert W. “*Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888*”. In: COSTA, Iraci del Nero da. *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- SLENES, Robert W. “*Senhores e subalternos no Oeste paulista*”. In: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 2. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Imagens Fotográficas:

- Arquivo Central do IPHAN.
- Fundação Biblioteca Nacional - FBN.
- Instituto Moreira Salles - IMS.
- Coleções particulares.